

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR: DA TEORIA PARA A PRÁTICA¹
PSYCHOLOGIST'S ROLE IN SCHOOL INCLUSION: FROM THEORY TO PRACTICE

Larissa Dalcin², Rejane Rosaria Grecco Dos Santos³

¹ Este texto aborda tema de interesse de pesquisa das autoras

² Psicóloga (URI). Mestra em Psicologia (PUCRS). Doutoranda em Educação nas Ciências (UNIJUI). E-mail: lddalcin@gmail.com

³ Psicóloga (UCPEL) Mestra em Psicologia (PUCRS). Doutoranda em Pediatria e Saúde da Criança (PUCRS). E-mail: rejanegrecco@ymail.com

Resumo: O texto enfatiza um preâmbulo sobre a diversidade epistemológica no campo da Psicologia Escolar e Educacional, principalmente no âmbito da Educação Inclusiva. Nesse sentido, seu principal objetivo é articular uma discussão que envolva a referência a três problemas centrais desta temática: a) a educação inclusiva no Brasil; b) desafios da educação inclusiva; e c) o papel do profissional da psicologia na educação inclusiva. A partir do estudo realizado, concluímos a importância da escola em conviver e saber lidar com as diferenças, uma vez que, somos todos diferentes uns dos outros. Nesse contexto, enfatiza-se o papel do psicólogo escolar e educacional enquanto agente de mudanças no processo de inclusão escolar, considerando o impacto positivo que as intervenções propostas pelo profissional podem exercer no processo de inclusão escolar. Ainda, destaca-se a importância de um número maior de estudos que possam subsidiar orientações, principalmente no que se refere à inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Inclusão Escolar. Psicologia Escolar e Educacional. Prática do Psicólogo Escolar.

Abstract: The text emphasizes a preamble on the epistemological diversity in the field of School and Educational Psychology, mainly in the scope of Inclusive Education. In this sense, its main objective is to articulate a discussion that involves the reference to three central problems of this theme: a) inclusive education in Brazil; B) challenges of inclusive education; and c) the role of the psychology professional in inclusive education. From the study carried out, we conclude the importance of the school in living together and knowing how to deal with differences, since, we are all different from each other. In this context, the role of the school and educational psychologist as an agent of changes in the school inclusion process is emphasized, considering the positive impact that the interventions proposed by the professional can exert in the process of school inclusion. Also, the importance of a greater number of studies that can subsidize orientations, especially with regard to the school inclusion, stands out.

Keywords: Inclusive Education. School inclusion. School and Educational Psychology. Practice of

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

the School Psychologist.

Considerações iniciais

A inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência é um tema que tem sido discutido em diversos ambientes, sendo o ambiente escolar, com toda sua pluralidade e interdisciplinaridade o nosso interesse de pesquisa. Existem trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), do Ministério da Educação e Cultura, que visam projeção e ações com o objetivo de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial, subsidiando para além da educação especial, uma educação inclusiva (SANTOS, 2011). Para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os alunos considerados público alvo da educação especial, e neste sentido, para o Atendimento Educacional Especializado, são aqueles alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

A Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), são algumas das leis que garantem o direito a educação para os alunos com deficiências, no entanto, nem sempre estes são incluídas nas atividades vivenciadas pelo grupo de uma sala regular, e por vezes, suas condições clínicas, cognitivas e afetivo-sociais não são consideradas (SILVA, 2011). Para Silva (2011), estas leis dizem respeito especialmente ao acesso a matrícula, permanência e a qualidade de práticas pedagógicas diferenciadas. De acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dentre as ações a serem desenvolvidas está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino, garantindo assim um atendimento educacional especializado, que seja complementar ao ensino escolar.

Neste sentido, percebe-se a importância do profissional de psicologia, como um atuante no contexto da inclusão escolar. A reflexão constante, tanto da ação quanto do compromisso com a mudança no tratamento da diversidade humana, é o ponto central da participação do psicólogo neste debate e principalmente, na busca por uma sociedade mais democrática (BOCK, 2003; MARTINEZ, 2005). Diante do exposto, o objetivo do presente texto é refletir e problematizar a inclusão escolar, visando neste contexto, o papel do psicólogo escolar. Observa-se que é importante e para além, urgente discutir como estão organizados os momentos de escolarização destes sujeitos, as batalhas sociais e familiares, para poder assim, chegar a uma educação na perspectiva inclusiva (SILVA, 2011).

1 Metodologia

A análise é organizada a fim de problematizar os principais elementos que discorrem sobre a educação inclusiva, possibilitando a interlocução entre educação e o papel do psicólogo escolar.

Nesse sentido, adota-se como metodologia a abordagem qualitativa, pois esta busca

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

compreender um fenômeno em suas variáveis, tanto no sentido bibliográfico, quanto na orientação da legislação atualmente vigente. Para tanto, através da hermenêutica busca-se reconstruir os processos interativos, para que estes produzam um sentido prático, ou seja, tenham em vista uma construção social da realidade (KÖLLER, 2003).

2 A educação inclusiva no Brasil

No Brasil o processo de inclusão, social e educacional, das pessoas com deficiência surge como resposta a séculos de exclusão. As posturas e atitudes excludentes foram dando espaço ao respeito e ao direito a todos. E mesmo que a legislação já garantisse esses direitos há muito tempo, somente no final do século XIX, meados do século XXI que as estruturas, posturas e atitudes começaram a mudar em prol da garantia dos mesmos. (SANCHEZ, 2005).

A elaboração da Declaração de Salamanca (1994) foi um marco que transformou a educação mundial, este documento foi elaborado para assinalar aos países a inevitabilidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo equânime autônomo. A declaração salienta a necessidade da inclusão dos sujeitos portadores de necessidades educativas especiais. No âmbito educacional além da garantia de acesso, existem outros aspectos que permeiam a presença das pessoas com deficiência na escola, dentre eles a acessibilidade, o atendimento educacional especializado e a flexibilização do currículo. Questões que ainda estão latentes nos espaços escolares. A escola que segue os princípios da inclusão deve:

Acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

A inclusão pressupõe, além dos aspectos já mencionados (acessibilidade, atendimento educacional especializado, flexibilização do currículo), aspectos subjetivos como a diversidade dos sujeitos e suas capacidades para além das limitações, a desconstrução dos estereótipos de normalidade e anormalidade, as relações que se estabelecem, entre docentes e educandos. A escola inclusiva olha para o aluno procurando desenvolver suas potencialidades e não para os sintomas e limitações de sua deficiência.

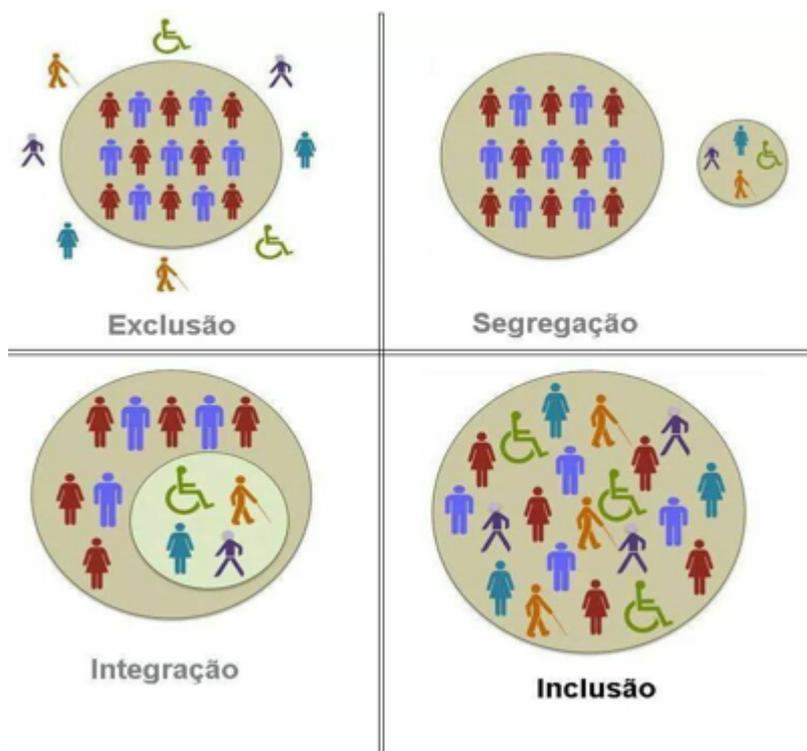
A "inclusão social tem (...) se caracterizado por uma história de lutas sociais empreendidas pelas minorias e seus representantes, na busca da conquista do exercício de seu direito ao acesso imediato, contínuo e constante ao espaço comum da vida em sociedade (recursos e serviços) " (ARANHA, 2000, p. 4 e 5). Portanto, o melhor lugar para que ocorra a discussão desta temática, era justamente a escola, pois, de acordo com Romero e Souza (2008), entende-se que a escola era

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

utilizada como uma ferramenta para a sociedade detectar e classificar seus cidadãos.

3 Desafios da educação inclusiva

Apesar do exposto acima, não podemos considerar que por existirem amparos legais, exista a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular (GOMES; SOUZA, 2011). O movimento em defesa da inclusão aconteceu fora dos muros das escolas, aconteceu na sociedade civil, e talvez por isso atualmente as escolas sentem-se surpreendidas com ele (ROMERO; SOUZA, 2008). Ainda, infelizmente temos outras práticas que chamados de inclusivas, mas na verdade não o são, conforme podemos verificar na imagem abaixo:



Fonte: Blog da Associação Parkinson do Rio Grande do Sul

Através da imagem podemos verificar um dos desafios a ser enfrentado, a diferença de paradigmas que acreditamos ser inclusão: a exclusão, no qual a pessoa deixa de ter seus valores reconhecidos; a segregação, em que há a separação das pessoas com deficiência; a integração, no qual há condições para as pessoas com deficiência participar das mesmas atividades que as demais; e finalmente, a inclusão, em que é garantido o acesso das pessoas com deficiência, com autonomia, em qualquer lugar ou espaço (BEYER, 2006; SILVA, 2009). De acordo com Batista

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

(2006), o professor que trabalha na perspectiva de uma educação inclusiva é aquele que prepara atividades diversas para todos os seus alunos, mesmo trabalhando o mesmo conteúdo, e não aquele que ministra um ensino que seja diferenciado apenas para alguns. Isto é inclusão.

Outro desafio a ser enfrentado quando se fala de inclusão na escola regular, é em relação aos docentes. Muitos se queixam por não se sentirem preparados para trabalhar com estes alunos, acreditando que é necessário uma formação especializada, resistindo assim ao acolhimento deste público, além de afirmar que estes alunos irão prejudicar a aprendizagem dos demais (ROMERO; SOUZA, 2008). Neste sentido, percebe-se que não há como propor uma educação inclusiva, onde se coloquem crianças com necessidades especiais em salas de aula regulares, sem que o professor tenha formação que lhe possibilite trabalhar com estes alunos (BEYER, 2005), principalmente se pensarmos no fato de que os professores não aceitam as diferenças e dificuldades (NERI, 2003).

De acordo com Freire (2005), em uma sociedade diversificada como a que vivemos, não podemos deixar espaço para a separação entre os educandos, e para tanto, é preciso que haja o encorajamento da autonomia destes sujeitos. Ainda, para Freire (1996), devemos ter em mente que saber ensinar não significa simplesmente o ato do professor transferir seus conhecimentos para os alunos, mas sim, o ato de criar possibilidades para que o aluno faça sua própria produção.

Segundo Dazzani (2010), um dos desafios da escola inclusiva é o que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia que seja centrada na criança e que esta pedagogia seja capaz de educar com sucesso todas as crianças, tendo elas desvantagens ou não.

4 Papel do profissional da psicologia na educação inclusiva

A psicologia ganha espaço na área de educação apenas através dos conceitos da Escola Nova, no qual passa a ser exigido da escola pública que a educação abrangesse o envolvimento da criança, tanto na sua parte física, psíquica, social, quanto intelectual (JANNUZZI, 1985). A partir dos últimos anos, verifica-se que “as investigações em Psicologia são fundamentais para a compreensão dos processos educacional e escolares” (DAZZANI, 2010, p.363).

O Conselho Federal de Psicologia através da resolução nº 13/2007 denota competências ao psicólogo escolar, em conjunto com a equipe. O processo de inclusão escolar envolve diferentes atores, a atuação do psicólogo escolar dar-se em equipe interdisciplinar, auxiliando na avaliação, elaboração, na implantação de políticas educacionais, na reformulação de projetos políticos pedagógicos, currículos e no desenvolvimento de novos métodos educacionais, abarcando seus conhecimentos com os dos demais profissionais da educação.

A educação inclusiva é um debate em movimento, esse debate reúne muitas das nossas perspectivas, referências e teorias originárias da prática clínica para os ambientes educacionais, o que levou à psicologização dos processos pedagógicos e ao abandono da inquirição dos processos socioculturais. O papel do psicólogo escolar é pensado a partir de políticas públicas de proteção à infância e à adolescência, acerca da produção institucional, principalmente no tocante a

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

considerar a realidade social destes indivíduos, para assim buscar ações que resultem em saúde, qualidade de vida e cidadania (DAZZANI, 2010).

De acordo com Schmidt et al. (2016) em estudo realizado com docentes, os resultados evidenciam que o transtorno do espectro autista é pouco conhecido pelos docentes, que se sentem desprovidos para ensinar esses educandos. O trabalho destaca a relevância da formação continuada com intenção de instrumentalizar os docentes para intervir em classes inclusivas. No que concerne a inexistência de preparo de docentes para lidar com classes especiais, pode acarretar temor, debilidade, ineficiência, bem como potencializar práticas de segregação (TESSARO, 2005).

Promover a inclusão escolar é, segundo Gomes e Souza (2012), planejar ações de formação e de atuação que insiram seus profissionais em novas esferas de compreensão e de vivência da proposta inclusiva, nas quais possam questionar, elaborar e criar ações de enfrentamento do cotidiano. Tal constatação é indicativa da urgência de investimento na criação de condições que possibilitem aos professores se posicionar, discordar, concordar, se submeter e subverter, em um processo reflexivo sobre suas reais possibilidades de ação.

Nessa perspectiva, a Psicologia Escolar e Educacional vem a corroborar no desenvolvimento da educação inclusiva, mediante aporte aos docentes de uma visão crítica e de ações coletivas, buscando, nesse sentido oportunizar ferramentas de transformação da dinâmica institucional.

Considerações finais

Neste esboço refletimos e problematizamos a inclusão escolar, visando neste contexto, o papel do psicólogo escolar. Para iniciar, é importante que a escola aprenda, de acordo com Romero e Souza (2008), que cada pessoa aprende de um jeito, cada um possui uma maneira única de se relacionar com o conhecimento.

Para Moreira (2012), só haverá inclusão escolar de verdade, a partir do momento que reconhecermos que somos todos diferentes, e que a inclusão deve ocorrer além da escola, buscando com que os conteúdos trabalhados dentro da sala de aula, digam respeito também às necessidades que os alunos terão após sair da instituição, sejam elas conceituais, sociais ou práticas.

Em relação à aplicabilidade dos resultados do presente estudo, evidencia-se que as estratégias adotadas pelos docentes são, na maioria das vezes, fundamentadas na intuição, com pouco embasamento teórico e pouca orientação de profissionais qualificados. Também, enfatiza-se o papel do psicólogo escolar e educacional enquanto agente de mudanças no processo de inclusão escolar, considerando o impacto positivo que as intervenções propostas pelo psicólogo podem exercer no processo de inclusão escolar. Nesse sentido, destaca-se a importância de um número maior de estudos que possam subsidiar orientações, principalmente no que se refere à inclusão

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

escolar.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão Social e Municipalização. In: Eduardo José Manzini (Org.). *Educação Especial: temas atuais*. 1. Ed. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000. p. 1- 10.

BATISTA, Cristina A. Mota. *Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BEYER, Hugo Otto. *A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial*. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BLOG DA ASSOCIAÇÃO PARKINSON DO RIO GRANDE DO SUL. *Exclusão, Segregação, Integração, Inclusão*. Disponível em: <http://blogdaapars.blogspot.com.br/>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. In: Meira ME, Antunes MAM, eds. *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em 01/03/ 2017.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 362-375, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca-Espanha, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia - Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

GOMES, Claudia; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. *Revista psicopedagogia*, São Paulo, v. 28, n. 86, p. 185-193, 2011.

KÖLLER, Hans-Christoph. Hermeneutik. In: BOHNSACK, Ralf; MAROTZKI, Winfried; MEUSER, Michael (orgs.). Hauptbegriffe Qualitativer Sozialforschung. Ein Wörterbuch. Opladen: Leske. Budrich (UTB), 2003.

MARTINEZ, Aleix M. Inclusão escolar: desafios para o psicólogo. In: Martinez AM. *Psicologia escolar e compromisso social*. São Paulo: Alínea; 2005.

MOREIRA, Alguimar Serafim. *Inclusão escolar: por uma inclusão além da escola*. 2012. 35f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar). Universidade de Brasília, Brasília.

NERI, Marcelo. *Diversidade: retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RESOLUÇÃO CFP nº 13/2007. (2009) Definição das especialidades a serem concedidas pelo Conselho Federal de Psicologia para efeito de concessão e registro de título de especialista em Psicologia. Disponível em: www.crp.org.br Acesso em: março/2017.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. In: *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE*. 2008.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão: *Revista da Educação Especial*, Brasília, 2005. p. 7-18.

SCHMIDT, Carlo et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. *Psicologia Teoria e Prática*, vol.18, n.1, 2016. p. 222-235.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. *Revista Lusófona de Educação*, [S.l.], v. 13, n. 13, 2009. p. 135-153.

TESSARO, Nilza Sanches. *Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

Bioeconomia:
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUI 2019



21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica
XXIV Jornada de Pesquisa
XX Jornada de Extensão
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa